

***FEAC - Federação das Entidades
Assistenciais de Campinas - Fundação
“Odila e Lafayette Álvaro”***

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2015 e Relatório
dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho Curador da
FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação “Odila e Lafayette Álvaro”
Campinas - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação “Odila e Lafayette Álvaro”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07) e Interpretação Técnica Geral ITG 2002, bem como pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social, e pelos controles internos que determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação "Odila e Lafayette Álvaro" em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), Interpretação Técnica Geral ITG 2002, bem como pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Campinas, 25 de abril de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Edgar Jabbour
Contador
CRC nº 1 SP 156465/O-9

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	46.426	70.237	Fornecedores		173	161
Aplicações restritas		27	34	Salários e encargos sociais a pagar		581	406
Aluguéis a receber	4	3.244	2.831	Adiantamento de aluguéis		450	-
Outras contas a receber		449	276	Mutuo - Expansão IESC	8	5.914	-
Total do circulante		<u>50.146</u>	<u>73.378</u>	Outras obrigações		<u>90</u>	<u>65</u>
				Total do circulante		<u>7.208</u>	<u>632</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	3	12.450	-	Riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.	14	63	103
Depósitos judiciais		47	36	Mutuo - Expansão IESC	8	<u>63.473</u>	<u>55.543</u>
Adiantamentos a entidades		107	43	Total do não circulante		<u>63.536</u>	<u>55.646</u>
Investimentos	5	46.034	44.435				
Imobilizado	6	97.129	69.541	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Total do não circulante		<u>155.767</u>	<u>114.055</u>	Patrimônio social		71.666	68.144
				Reserva de patrimônio		59.489	56.216
				Superávit Acumulado		<u>4.014</u>	<u>6.795</u>
				Total do patrimônio social		<u>135.169</u>	<u>131.155</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>205.913</u></u>	<u><u>187.433</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		<u><u>205.913</u></u>	<u><u>187.433</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2015	2014
RECEITAS			
RECEITAS PRÓPRIAS			
Aluguéis	4	16.027	14.773
Receitas financeiras		8.813	7.127
Receita financeiras restritas		2	13
Receita da Vila Brandina		516	435
Outros		44	18
TOTAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS		25.402	22.366
RECEITAS DA COMUNIDADE			
Eventos		79	195
Donativo FEAC Pessoa Jurídica		-	1
Serviços Voluntários		95	33
TOTAL DAS RECEITAS DA COMUNIDADE		174	229
RECEITAS ADMINISTRADAS		175	183
RECEITAS PATRIMONIAIS VINCULADAS			
Aluguéis patrimônio vinculado	4	12.836	10.209
IESC Participação Investimento	7	172	238
RECEITAS PATRIMONIAIS VINCULADAS		13.008	10.447
Cota patronal	9	1.438	1.246
PIS sobre Folha	9	50	25
IR e CSLL Imunes	10	-	2.313
RECEITAS DE BENEFÍCIOS FISCAIS		1.488	3.584
TOTAL DAS RECEITAS		40.247	36.809
DESPESAS			
Convênio de cooperação		(7.952)	(7.103)
Convênio - tecnologia da informação		(9)	(9)
Convênio de engenharia		(637)	(366)
Doação		(262)	(534)
TOTAL DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA	12	(8.860)	(8.012)
ASSESSORAMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Assessoramento e prestação de serviços		(8.214)	(9.104)
TOTAL DE ASSESSORAMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	12	(8.214)	(9.104)
PROGRAMAS DE POTENCIALIZAÇÃO DAS ENTIDADES			
Projetos de Assistência Social		(1.305)	(1.101)
TOTAL DE RECURSOS EMPREGADOS NA GRATUIDADE	12	(18.379)	(18.217)
PROGRAMAS E AÇÕES PRÓPRIAS DA FUNDAÇÃO FEAC			
Cooperação financeira		-	(3)
Projetos de Educação		(2.938)	(1.169)
Projetos de Práticas Restaurativas		(89)	(177)
TOTAL DE PROGRAMAS E AÇÕES PRÓPRIAS DA FUNDAÇÃO		(3.027)	(1.349)
DESPESAS ADMINISTRADAS			
Despesas programas administrados		-	(961)
TOTAL DAS DESPESAS ADMINISTRADAS		-	(961)
DESPESAS PATRIMONIAIS - VINCULADAS			
Despesas patrimoniais - Vinculadas		(5.224)	(3.116)
Despesas financeiras		(9.603)	(4.058)
TOTAL DAS DESPESAS PATRIMONIAIS - VINCULADAS	13	(14.827)	(7.174)
DESPESAS DE BENEFÍCIOS FISCAIS			
IR e CSLL Imunes	10	-	(2.313)
TOTAL DAS DESPESAS		(36.233)	(30.014)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		4.014	6.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO “ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO”

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	4.014	6.795
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>4.014</u>	<u>6.795</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO “ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO”

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Reserva de patrimônio</u>	<u>Superávit acumulado operacional</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	63.731	23.327	37.302	124.360
Superávit do exercício	-	-	6.795	6.795
Transferência para o patrimônio social	4.413	32.889	(37.302)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	<u>68.144</u>	<u>56.216</u>	<u>6.795</u>	<u>131.155</u>
Superávit do exercício	-	-	4.014	4.014
Transferência para o patrimônio social	3.522	3.273	(6.795)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u><u>71.666</u></u>	<u><u>59.489</u></u>	<u><u>4.014</u></u>	<u><u>135.169</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício		4.014	6.795
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	6	2.890	1.259
Baixa bens patrimoniais	5 e 6	3	39
Riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.	15	(40)	62
Juros sobre mutuo - Expansão IESC		5.600	1.956
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS			
Aluguéis a receber		(413)	(15)
Outras contas a receber		(173)	(71)
Adiantamentos a entidades		(64)	99
Depósitos judiciais		(11)	(36)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores		12	6
Salários e encargos sociais a pagar		175	(14)
Adiantamento de alugueis		450	(375)
Outras obrigações		25	(53)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		12.468	9.652
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	6	(237)	(359)
Aquisição de investimento		(1.599)	(264)
Recursos restritos		7	219
Aplicações financeiras		(12.450)	364
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(14.279)	(40)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento mutuo - Expansão IESC		(22.000)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(22.000)	-
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(23.811)	9.612
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		70.237	60.625
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		46.426	70.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO “ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO”

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO DAS OPERAÇÕES E DE ATUAÇÃO

Constituída juridicamente como fundação de direito privado, sem fins econômicos, denominada Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação “Odila e Lafayette Álvaro” ou, simplesmente, designada FEAC, foi criada em 27 de abril de 1964, mediante fundos doados pelos patronos Lafayette Álvaro de Souza Camargo e Odila de Souza Camargo.

Para a consecução da sua finalidade estatutária - a promoção humana, a assistência e o bem-estar social, com prioridade à criança e ao adolescente de baixa renda em Campinas - estabelece colaboração com organismos e entidades, cuja atuação, no campo social, identifica-se com sua missão.

É uma Fundação beneficente da área da Assistência Social que presta de forma contínua, permanente, planejada e gratuita o assessoramento técnico, administrativo e financeiro a entidades sem fins lucrativos, no município de Campinas, que atuam nas áreas da assistência social, educação e saúde.

As assessoradas são entidades de origem privada, sem fins lucrativos, que celebram convênios e termos de colaboração com as Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde para a conjugação de esforços na execução das políticas públicas municipais.

Atualmente, 77 entidades com 123 unidades de atendimento compõem a rede conveniada à FEAC, sendo:

- 42 que atuam preponderantemente na área da Assistência Social.
- 28 que atuam preponderantemente na área da Educação.
- 07 que atuam preponderantemente na área da Saúde.

O convênio estabelecido com a FEAC está condicionado à inscrição da entidade conveniada junto ao CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social - órgão que autoriza sua atuação no âmbito da Política da Assistência Social. Esta aliança, quando firmada com entidades que atendem crianças e adolescentes, está condicionada ao registro da entidade junto ao CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão que autoriza a execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes. Alianças com entidades de educação infantil estão condicionadas à autorização e credenciamento da entidade pelo CME - Conselho Municipal de Educação.

Ao longo de 2015, o assessoramento prestado às entidades da rede conveniada, formalizados através de contratos de convênio renovados anualmente, foi executado pelas seguintes áreas:

Contábil-financeira: através da prestação de serviços de contabilidade e preparo de demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), Interpretação Técnica Geral ITG 2002, bem como pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social, evidenciando, a partir da segregação contábil por área de atuação, programas e serviços executados, a aplicação dos recursos públicos, privados e próprios da entidade, escrituração de livros contábeis e preparação de declarações acessórias, bem como assessoria na elaboração de Plano de contas, Plano Orçamentário e Fluxo de Caixa.

Gestão Social: através da articulação do assessoramento prestado pelos demais departamentos da FEAC e intermediação à interlocução das entidades sem fins lucrativos e de assistência social, educação e saúde, executoras das Políticas Públicas do município de Campinas, com vista às boas práticas, a excelência e conformidade legal das ações desenvolvidas, junto aos órgãos públicos.

Administração de Recursos Humanos: através da prestação de serviços operacionais de administração de pessoal, visando garantir os direitos e deveres entre entidades e seus empregados.

Jurídico: através do atendimento às entidades nos assuntos pertinentes à área jurídica.

Engenharia e Arquitetura: através do desenvolvimento e elaboração de projetos técnicos na área de engenharia e arquitetura às entidades, visando a melhoria e a otimização dos espaços físicos que são utilizados pelos colaboradores das entidades.

Marketing: através da oferta de serviços, consultorias e orientações para adoção de ferramentas de captação de recursos e apoio à divulgação das ações promovidas pelas entidades.

Escritório de Projetos: através de assessoria técnica para desenvolvimento de projetos aprovados em edital e/ou celebrados através de instrumento jurídico com a FEAC.

Além das assessorias e da prestação de serviços técnicos, a FEAC estabelece anualmente convênio para assessoramento financeiro às entidades. Todos os recursos empregados na prestação de serviços, assessorias e nos programas de potencialização das propostas de trabalho das entidades, estão descritos na nota explicativa nº 12.

Parte dos recursos da FEAC é aplicada na execução de programas, projetos e ações de iniciativa própria, em alguns casos em parceria com outras instituições.

As operações necessárias para a realização da missão da Fundação são suportadas financeiramente através da gestão de seu patrimônio, sendo as principais fontes de recursos as participações correspondentes a 30% da fração ideal do Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi de Campinas - Empreendedor e 23% da fração ideal do Condomínio Civil do Power Center Campinas - Condomínio Comercial.

A Fundação possui o título de Utilidade Pública Federal outorgada pelo Ministério da Justiça e o Certificado de Entidade Benéfica de Assistência Social - CEBAS, expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, protocolado sob o nº 71000.090991/2009-07, conforme Portaria 1.272 de 22 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2012, com validade assegurada de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012. A certificação deferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 1272/2012, publicada no Diário Oficial da União de 26/11/2012, teve sua validade prorrogada para o período de 01/01/2010 a 31/12/2014, através da Portaria nº. 158, de 13 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2013.

Em 30/06/2014 foi protocolada tempestivamente junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o requerimento de renovação da certificação para o período de 01/01/2015 a 31/12/2017 - Processo nº. 71000.078317/2014-11, o qual encontra-se em análise pelo ministério.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Fundação segue as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), Interpretação Técnica Geral ITG 2002, bem como pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social. O sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras é o seguinte:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e possuem vencimentos inferiores a 30 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) Aplicações e recursos restritos: Referem-se a patrocínios recebidos que se destinam única e exclusivamente ao atendimento de projetos e programas específicos à educação e ao prêmio Feac de jornalismo. Esses valores são depositados em contas específicas e só podem ser utilizados para esse fim; por isso, são denominados como restritos. Relatórios de prestação de contas e de atividades realizadas são encaminhados aos patrocinadores desses projetos e programas regularmente.
- (c) Alugueis a receber: Os alugueis a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário é registrada provisão para devedores duvidosos, constituída com base em análise dos alugueis a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.
- (d) Aplicações a longo prazo: Referem-se aos valores aplicados em letra financeira com disponibilização para resgate apenas a partir de 29/05/2017.
- (e) Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício.
- (f) Investimentos: Estão registrados ao custo histórico. Não há análise quanto ao eventual ajuste a valor de mercado dos investimentos devido às peculiaridades que os envolvem, conforme descrito na nota explicativa 5. O ganho ou a perda na alienação dos investimentos é registrado como receitas ou despesas quando de sua realização junto a terceiros.
- (g) Imobilizado: registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é contabilizada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens e com base nas taxas de depreciação descritas na nota explicativa 6. Quando aplicável é efetuada provisão para redução ao valor de realização.

- (h) **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Fundação o uso de estimativas e pressuposições para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. A principal estimativa relacionada às demonstrações financeiras refere-se ao registro de depreciação. **Apuração do superávit:** A apuração do superávit é feita segundo o regime de competência, exceto quanto às receitas decorrentes de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.
- (i) **Apuração do superávit:** A apuração do superávit é feita segundo o regime de competência, exceto quanto às receitas decorrentes de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.
- (j) **Reconhecimento de receitas:** A receita de doações é reconhecida pelo regime de caixa devido à incerteza de sua realização e espontaneidade do público contribuinte. As receitas de aluguel e participações em condomínios são reconhecidas pelo regime de competência.
- (k) **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Fundação é parte das disposições contratuais do instrumento. A avaliação dos instrumentos financeiros é efetuada pelo seu valor de mercado, por se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.
- (l) **Imposto de renda, contribuição social e encargos sociais (INSS):** A Fundação é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida pelas autoridades brasileiras como imune ao imposto de renda e à contribuição social, com base no Artigo 150 da Constituição Federal, bem como isenta da cobrança de encargos sociais patronais (INSS) e demais tributos federais e estaduais, incluindo o PIS/PASEP na modalidade folha de pagamento, à alíquota de 1% sobre o valor da folha de pagamento mensal.

A isenção das contribuições previdenciárias e sociais usufruídas nos exercícios esta composta nas notas explicativas 9.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e bancos	361	214
Aplicações financeiras (a)	<u>46.065</u>	<u>70.023</u>
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>46.426</u>	<u>70.237</u>
Aplicações financeiras - letra financeira (b)	12.450	-

- (a) Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa, remunerados por taxas que variam, na média, entre 100,00% a 103,00% da remuneração atrelada ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário, as quais apresentam liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato sem perda de rendimentos.
- (b) Referem-se aos valores aplicados em letra financeira com disponibilização para resgate apenas a partir de 29/05/2017, remunerados pelo IPCA mais taxas de juros que variam, na média, entre 6,37% a 7,76% a.a..

4. ALUGUEIS A RECEBER

<u>Participações em condomínios</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas	1.750	1.752
Condomínio Civil do Power Center Campinas	21	71
Outros	3	13
Total	<u>1.774</u>	<u>1.836</u>
 <u>Patrimônio vinculado</u>		
Estacionamento Deck Park	492	346
Ampliação do Shopping Center Iguatemi	<u>978</u>	<u>649</u>
Total	<u>1.470</u>	<u>995</u>
 Total de aluguéis a receber	 <u>3.244</u>	 <u>2.831</u>

A receita de alugueis é como segue:

<u>Receita de aluguel vinculada</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Estacionamento Deck Park (i)	3.308	3.371
Ampliação do Shopping Center Iguatemi (ii)	7.494	4.737
Retenção ampliação 2014/2015 (iv)	<u>2.034</u>	<u>2.101</u>
Total	<u>12.836</u>	<u>10.209</u>

Receita de aluguel não vinculada

Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi	13.985	12.748
Salas comerciais (iii)	1.121	1.041
Condomínio Civil do Power Center Campinas	736	741
Apartamentos e terrenos	<u>185</u>	<u>243</u>
Total	<u>16.027</u>	<u>14.773</u>
	<u>28.863</u>	<u>24.982</u>

- (i) Participação de 30% sobre a receita líquida gerada no estacionamento do Shopping Center Iguatemi.
- (ii) Participação de 30% sobre a receita líquida gerada nas ampliações do Shopping Center Iguatemi concluídas em 2004 e 2015.
- (iii) Receita referente ao aluguel das salas comerciais do prédio Complexo Andreta Campinas.
- (iv) A Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. - IESC e a FEAC são coproprietários de 100% do empreendimento denominado Shopping Center Iguatemi Campinas e, em 5 de abril de 2013, aprovaram na Assembleia Geral Extraordinária de Condôminos (AGE) a expansão do empreendimento. Para custear os 30% da expansão, conforme definido na AGE, a FEAC autorizou o Condomínio Civil Shopping Center Iguatemi Campinas a realizar uma retenção mensal de 10% de sua receita líquida de alugueis, a qual foi realizada até a data de 31/05/2015.

5. INVESTIMENTOS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Gleba A - Sede (i)	7.679	6.661
Gleba B - Invernada (ii)	2.289	1.707
Apartamentos (iii)	<u>36.066</u>	<u>36.066</u>
Total	<u>46.034</u>	<u>44.435</u>

(i) Gleba Sede:

Parte substancial dos investimentos na Gleba Sede refere-se a áreas remanescentes correspondentes a 1.562.581,88 m², sendo a área comercializável de 709.343,56 m² e o restante de 853.238,32 m² refere-se a áreas verdes que por questões ambientais deverão ser preservadas.

(ii) Gleba Invernada

Parte substancial dos investimentos na Gleba Invernada refere-se a áreas remanescentes comercializáveis correspondentes a 949.201,59 m².

(iii) Apartamentos

Em 31 de dezembro 2015 a Fundação conta com 118 unidades de apartamentos residenciais oriundos do seu desenvolvimento patrimonial, doação, totalizando um investimento em imóveis de R\$36.066.

Os investimentos em urbanização envolvem gastos com infraestrutura (construções de ruas, sistema de distribuição de energia elétrica, de água e esgoto, dentre outros) realizados em parte da Fazenda Brandina, relativa a áreas com projetos de comercialização em andamento e áreas a serem comercializadas. Os investimentos em infraestrutura são necessários para efetiva realização do desenvolvimento patrimonial e são amortizados contabilmente quando da finalização dos empreendimentos desenvolvidos, quitação financeira e efetivo registro em Cartório dos Imóveis incorporados ao Patrimônio da Fundação.

Todos os imóveis da Fundação são vinculados ao patrimônio e precisam de aprovação do Ministério Público para sua realização, quando se trata de alienação ou permuta.

6. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim representado:

	<u>Taxa anual de depreciação (%)</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Terrenos	-	376	376
Edifícios, benfeitorias e instalações	2,86 a 4	114.993	28.941
Móveis, utensílios e equipamentos	7,5	1.709	1.601
Veículos	20	184	154
Cessão de uso de software	-	370	364
Construção em andamento	-	<u>330</u>	<u>56.138</u>
		117.962	87.574
Depreciação acumulada/amortização		<u>(20.833)</u>	<u>(18.034)</u>
Total		<u>97.129</u>	<u>69.541</u>

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2014	52.150	(16.977)	35.173
Adições (a)	35.666	(1.259)	34.407
Baixas	<u>(241)</u>	<u>202</u>	<u>(39)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>87.574</u>	<u>(18.034)</u>	<u>69.541</u>
Adições (a)	30.481	(2.890)	27.591
Baixas	<u>(93)</u>	<u>90</u>	<u>(3)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>117.962</u>	<u>(20.834)</u>	<u>97.129</u>

(a) Refere-se à ampliação do Shopping Center Iguatemi, conforme descrito na nota explicativa nº.8.

A Fundação realiza análise da capacidade de recuperação do ativo imobilizado e não existem indicativos de "impairment" dos ativos de longa duração.

A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de encerramento do exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nessas estimativas é contabilizado prospectivamente.

7. IESC - ENTORNO DO SHOPPING

O IESC, conforme contrato de prestação de serviços datado de 20 de dezembro de 2004, efetua reembolsos parciais a FEAC referentes aos investimentos em infraestrutura realizados pela Fundação na Gleba Sede dentro da área denominada "Entorno do Shopping Iguatemi". As receitas líquidas proporcionais conforme definido em contrato, geradas dentro deste perímetro, calculadas em 24,8% (80% de 31%), são destinadas ao IESC. Em 2015 o valor desta receita foi de R\$172.

8. MÚTUO - EXPANSÃO IESC

O IESC e a FEAC são coproprietários de 100% do empreendimento denominado Shopping Center Iguatemi Campinas. Em 5 de abril de 2013, aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária de Condôminos a expansão do empreendimento em 17.438 m² de ABL (Área Bruta Locável), no valor estimado de R\$235 milhões, que deveria ser inaugurada em novembro de 2014. Em função de atrasos na execução da obra a inauguração ocorreu em 30/04/2015.

As coproprietárias financiaram as obras de expansão mencionadas acima nos percentuais definidos pela AGE, sendo 70% do IESC e 30% da FEAC. Para custear os 30% da expansão, a FEAC autorizou o Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas a reter mensalmente 10% da parcela do resultado do Condomínio que lhe é atribuído e firmou um contrato de mútuo com o IESC até o limite de R\$63 milhões, com juros de 100% do CDI mais 1% a.a., calculados pelo ano financeiro de 252 dias úteis *pro rata temporis* das datas dos efetivos desembolsos e de acordo com o avanço físico e financeiro da obra. Em agosto de 2015 houve renegociação da taxa de juros para 100% do CDI + 0,8% a.a., bem como foi realizado aporte pela FEAC para amortização no montante de R\$22.000.

O saldo devedor do contrato de mútuo registrado no passivo, no montante de R\$69.387 é amortizado mensalmente, mediante retenção de resultado do Condomínio atribuível a FEAC, desde a primeira distribuição de recursos advindos dos aluguéis das áreas objeto da expansão.

9. ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES À SEGURIDADE SOCIAL - COTA PATRONAL

De acordo com a Lei nº 12.101/09 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das entidades Beneficentes de Assistência Social, as isenções usufruídas devem ser registradas no grupo de receitas e despesas sob o título de "Cota patronal - INSS", conforme informado abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Cota Patronal INSS	994	882
Terceiros	284	242
SAT	98	83
Contribuintes	<u>62</u>	<u>39</u>
Total de cotas patronais	1.438	1.246
PIS sobre folha de pagamento (a)	<u>50</u>	<u>25</u>
Total	<u>1.488</u>	<u>1.271</u>

(a) A Fundação FEAC adotou a isenção do PIS sobre a Folha de Pagamento com base em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal sobre o Recurso Extraordinário nº 636941/RS.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Com base no Artigo 150 da Constituição Federal a FEAC é imune ao imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Em 2 setembro de 2015 foi publicada a ITG 2002 (R1) informando que as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado. Os tributos que são apresentados sob o título de receitas e despesas de benefícios fiscais em 2014, são identificado abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto de renda	-	1.695
Contribuição social	<u>-</u>	<u>618</u>
Total	<u>-</u>	<u>2.313</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E GOVERNANÇA

A Fundação possui um Conselho Curador, constituído por 25 membros, sendo 20 com mandato vitalício e cinco com mandato de 2 anos. Todos os conselheiros, necessariamente, são pessoas físicas e contribuintes da Fundação ou de Entidade Conveniada.

A Fundação possui, ainda, uma Diretoria Executiva composta por 6 membros, sendo 1 Presidente e 5 Vice-Presidentes, todos eleitos pelo Conselho Curador e com mandato de 2 anos.

O patrimônio social da Fundação é composto:

1. Pelo patrimônio vinculado, representado pelos bens originados em sua formação e que mantêm financeiramente suas operações, através de aluguéis e participações em empreendimentos comerciais.
2. Pelo patrimônio não vinculado representado pelos bens operacionais da Fundação.

A destinação do superávit ou déficit do exercício é aprovada em reunião do Conselho Curador e, após a sua aprovação, é efetuada sua transferência para Reserva de Patrimônio (receitas patrimoniais menos despesas patrimoniais) ou Patrimônio Social.

12. GRATUIDADE

De acordo com a Lei nº. 12.101 em 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, para fazer jus ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), a Fundação deve realizar suas ações de forma gratuita, continuada e planejada e manter escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

A Fundação, como entidade de assistência social de assessoramento - nos termos do § 2º do Artigo 3º da Lei Federal 8.742/1993, incluído pela Lei Federal 12.435/2012, é reconhecida publicamente pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Campinas, conforme Resolução CMAS 119/2012 publicada no Diário Oficial do Município de 31 de maio de 2012 e como tal, presta assessoria às entidades executoras dos serviços e programas da Política municipal de Assistência Social.

Ainda, de acordo com o Decreto nº. 8.242 de 23 de maio de 2014 que regulamenta a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, as ações das Entidades Beneficentes de Assistência Social poderão ser executadas por meio de parcerias com entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuem nas áreas da Assistência Social e/ou Educação e/ou Saúde, firmadas mediante ajustes ou instrumentos de colaboração. Desta forma, a Fundação assina anualmente com as entidades relacionadas Convênios de Cooperação, que estabelecem as responsabilidades e obrigações das partes, bem como valores dos recursos financeiros para custeio de parte das operações necessárias à realização da missão estatutária dessas entidades.

Os recursos próprios foram empregados nas parcerias e no assessoramento às entidades, conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Assessoramento e prestação de serviços:		
Entidades de Assistência Social	4.859	5.905
Entidades de Educação	2.717	2.596
Entidades de Saúde	<u>638</u>	<u>603</u>
	<u>8.214</u>	<u>9.104</u>
Programas e Projetos de potencialização das propostas de trabalho das entidades:		
Projetos com Entidades de Assistência Social	1.305	1.101
Parceria - Cooperação Financeira:		
Entidades de Assistência Social	5.241	5.197
Entidades de Educação	2.931	2.285
Entidades de Saúde	<u>687</u>	<u>531</u>
	<u>8.859</u>	<u>8.013</u>
Total aplicado em gratuidade	<u>18.378</u>	<u>18.218</u>

Em 2015 a FEAC não recebeu recursos públicos.

13. DESPESAS PATRIMONIAIS - VINCULADAS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas patrimoniais - vinculadas (a)	5.224	3.116
Despesas financeiras (b)	<u>9.603</u>	<u>4.058</u>
Total	<u>14.827</u>	<u>7.174</u>

- (a) Despesas patrimoniais vinculadas - referem-se à manutenção da Fazenda Vila Brandina, dos apartamentos, e amortização das benfeitorias, bem como despesas relacionadas à energia elétrica, cercas, roçagem de matos, condomínios, água, bem como empregados que fazem a manutenção de limpeza destes imóveis.
- (b) Despesas financeiras correspondem aos juros referente ao contrato de mútuo para ampliação do Shopping Iguatemi Campinas.

14. PROGRAMAS E AÇÕES PRÓPRIAS DA FUNDAÇÃO.

Em complemento a sua missão estatutária a Fundação realiza programas e ações próprias custeadas exclusivamente com recursos próprios, a saber:

- a) Cooperação Financeira e Doação em Espécie.
- b) Projeto FEAC na Escola: oito escolas da rede pública estadual de Campinas, que representam cerca de 5.500 alunos, integram o projeto. A partir de um diagnóstico as escolas estruturam um plano de ação que é executado durante 24 meses e suportado por investimentos da Fundação. A iniciativa considera três eixos de investimento, sendo eles: ensino aprendizagem, gestão de pessoas e processos e relações com a comunidade. Esta etapa do projeto teve início em edição de 27/02/2015 com término previsto em 26/02/2017.
- c) Programa Educação Conquista Coletiva: objetiva ampliar as percepções para além da Educação Infantil formal, com vistas ao envolvimento efetivo da família no processo de desenvolvimento infantil. Nesta edição o programa está dividido em três etapas: sensibilização para o tema 1ª Infância e oferta de conhecimento específico, processo de seleção de projetos a serem apoiados técnica e financeiramente e assessoria na fase de execução dos projetos. A sensibilização se deu ao longo do ano todo e a oferta de conhecimento foi promovida especialmente com o curso de formação "Ampliando o olhar sobre o desenvolvimento na Primeira Infância: de todos para todos", ministrado pelo médico psicoterapeuta corporal e consultor da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), Dr. Marcos Davi dos Santos. As entidades conveniadas que tiveram seus projetos aprovados são: AMIC - Monte Cristo, Casa da Criança Madre Anastácia, Casa da Criança de Sousas, Centro Infantil Tia Nair e Creche Mãe Cristina. Elas assinaram o Instrumento de Parceria com a FEAC para o ano de 2014-2015.
- d) Compromisso Campinas pela Educação (CCE): Lançado em novembro de 2007, o CCE é a célula local do movimento nacional Todos Pela Educação. Reúne os setores público, privado e do terceiro setor, a fim de promover discussões e debates acerca da qualificação da educação pública, especialmente na cidade de Campinas. A missão do movimento, sob a liderança da Fundação, é chamar a atenção para o tema, evidenciando dados, promovendo estudos e mobilizando a sociedade civil para a causa Educação Pública. O CCE compartilha das cinco metas do Todos Pela Educação, a serem cumpridas até 2022.

- e) **Calendário Cultural FEAC:** Tem por finalidade evidenciar as mais variadas atividades artísticas como fotografia, dança, música, teatro, entre outras desenvolvidas pelas entidades conveniadas. Foram mensalmente promovidas apresentações que puderam ser apreciadas pela comunidade interna da FEAC. O encerramento se deu em novembro, com apresentação aberta ao público de um coral formado por mais de 200 vozes. Doze instituições integraram esta iniciativa financiada.

15. RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS.

Com base nas análises individuais dos processos impetrados contra a Fundação e com o suporte da opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis, no valor de R\$63.

16. SEGUROS

A Fundação mantém apólices de seguro para cobertura de riscos operacionais em valores considerados suficientes para o fim a que se destinam.

<u>Ativos</u>	<u>Risco coberto</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prédios e conteúdos	Incêndio	1.796	1.370
Veículos	Colisão e terceiros	585	530
Acidentes pessoais e indenização especial por acidentes (seguro de vida funcionários)	Danos pessoais	24 vezes o salário do funcionário	

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- a) **Considerações gerais**

A Fundação não opera com instrumentos financeiros de risco. Os ativos e passivos com características de instrumentos financeiros, basicamente representados por aplicações financeiras, aluguéis a receber e saldos em caixa e bancos representam transações efetuadas com base em condições normais de mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- i) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. Os saldos são aplicados em instituições de primeira linha com baixo risco de crédito.
- ii) Aluguéis a receber: Os aluguéis a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário é registrada provisão para devedores duvidosos, constituída com base em análise dos aluguéis a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.
- iii) Mútuo - expansão IESC: comentados e apresentados nas notas explicativas nº 8.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Fundação

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Fundação vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado.

Risco de crédito: esse risco advém de a possibilidade da Fundação não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Fundação mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Administração da Fundação monitora os fatores de risco através de acompanhamento das tendências de mercado e revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

Análise de sensibilidade taxa de juros

A análise leva em consideração as variações da taxa de juros que impactam os ganhos e perdas no resultado do exercício em diferentes cenários. Abaixo demonstramos os saldos que são impactados pela variação na taxa de juros:

Descrição	Valor em 31/12/2015	Impacto no cenário provável	Impacto no cenário possível		Impacto no cenário remoto	
			25%	(25%)	50%	(50%)
Instrumentos financeiros ativos - CDI	46.426	6.119	7.649	4.589	9.178	3.059
Instrumentos financeiros ativos - IPCA	12.450	1.333	1.667	1.000	2.000	667
Instrumentos financeiros passivos - CDI	(69.387)	(9.145)	(11.432)	(6.859)	(13.718)	(4.573)
Efeito da (perda) ganho na operação	(10.511)	(1.693)	(2.116)	(1.270)	(2.540)	(847)

Para o cenário provável, foram utilizadas estimativas futuras da taxa do CDI e IPCA, divulgadas por instituições financeiras. A taxa média demonstrada foi apurada levando em consideração os prazos estimados de realização do instrumento financeiro anteriormente relacionado.

18. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 ocorreram transações de mutuo com contrapartida no imobilizado, no montante de R\$30.244 e R\$35.307 respectivamente, que não afetaram o caixa, conforme descrito na nota explicativa 6 e 8.

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração da Fundação em 4 de abril de 2016, no pressuposto de sua aprovação pelo Conselho Curador na data de 25 de abril de 2016.